

RELATÓRIO DA DIRETORIA
1º Semestre de 2012

Senhores Acionistas,

Em observação aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – Investe Rio, relativo ao primeiro semestre de 2012, acompanhado do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos financeiros.

Introdução

No primeiro semestre de 2012, a economia brasileira sentiu os reflexos do agravamento da crise financeira internacional. No período, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,2%, em relação ao primeiro semestre de 2011. Apesar do baixo dinamismo da atividade econômica doméstica e do quadro de incertezas mais elevado, os investimentos públicos e privados mantiveram o ritmo de crescimento no Estado do Rio de Janeiro e, segundo pesquisa da FIRJAN, deverão atingir cerca de R\$ 211,5 bilhões no período 2012-2014. Neste cenário favorável ao desenvolvimento da economia fluminense, a Investe Rio deu continuidade, no primeiro semestre de 2012, à estratégia de expansão e diversificação de suas atividades operacionais.

1 - Financiamento aos empreendedores privados

No primeiro semestre de 2012, foram contratadas 70 operações, com recursos próprios, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF, totalizando financiamentos de R\$ 24,8 milhões, contra R\$ 9,2 milhões no mesmo período de 2011. Considerando todas as fontes de recursos, inclusive o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, que é administrado pela Investe Rio, foram liberados R\$ 193 milhões. O saldo da carteira de crédito com risco da Investe Rio (recursos próprios e repasses do BNDES) atingiu R\$ 46,9 milhões ao final do primeiro semestre de 2012, enquanto que a carteira com risco de terceiros (recursos do FREMF e do FUNDES) alcançou R\$ 2,4 bilhões.

2 – Financiamento aos Municípios

O primeiro semestre de 2012 marcou o início do programa de financiamento aos municípios fluminenses pela Investe Rio, com a assinatura de contrato com o município de Quatis, no valor de R\$ 2,5 milhões, sendo R\$ 2,2 milhões com recursos do Programa PMAT do BNDES e R\$ 385 mil com recursos próprios do Programa Pró-Municípios.

3 – Operações com Renda Variável

As operações com renda variável envolvem participação acionária e aquisição de cotas de fundos de investimento em ações, com ênfase em: a) setores estratégicos, como biotecnologia, tecnologia da informação e comunicação; b) setores nos quais o Estado do Rio de Janeiro apresenta vantagens comparativas evidentes, como os de energia e da indústria do audiovisual; e c) setores de relevância socioeconômica para o Estado, como turismo, hotelaria e tecnologias limpas. Neste sentido, no primeiro semestre de 2012, a Investe Rio subscreveu cotas e bônus, totalizando R\$ 3 milhões, em Fundo com foco de atuação em empresas nascentes de Tecnologia da Informação, e, diretamente, em sociedade anônima com foco em inovação tecnológica.

4 – Inclusão social empreendedora

Outra importante realização no primeiro semestre de 2012 foi a contratação de 32 operações de crédito com os empreendedores de Comunidades Pacíficas, no total de R\$ 117,7 mil, sendo R\$ 55,8 mil com recursos próprios e R\$ 61,9 mil com recursos do Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacíficas. A Investe Rio também firmou 11 contratos de microcrédito, totalizando financiamentos de R\$ 34,6 mil no âmbito do Programa Pró-Empreendedor.

5 – Resultados Econômico-Financeiros

No primeiro semestre de 2012, a receita totalizou R\$ 21,8 milhões, superando em 17,6% o resultado registrado no mesmo período de 2011. O lucro líquido ficou em R\$ 4,9 milhões, contra R\$ 1,1 milhão no primeiro semestre do ano anterior. O capital social passou para R\$ 310,7 milhões, 30,7% superior ao do primeiro semestre de 2011, devido ao aporte de recursos, em sua quase totalidade, do acionista majoritário - o Estado do Rio de Janeiro.

6 - Gestão Estratégica

No período, foi concluído o trabalho contratado junto à consultoria especializada em Organizações & Métodos (O&M) de mapeamento e redesenho dos processos organizacionais, com vistas à melhoria da gestão organizacional e operacional da Agência. Também iniciou-se a discussão sobre a revisão das metas das ações dos programas sob a responsabilidade da Investe Rio para o Plano Plurianual do Estado 2012/2015.

7 – Divulgação Institucional

A divulgação institucional da Investe Rio foi organizada, no primeiro semestre de 2012, por meio de diferentes recursos, tais como a criação e produção de material promocional, a produção e o envio de *newsletters* para aproximadamente seis mil endereços eletrônicos que compõem o *mailing* da Agência, a administração do sítio eletrônico, que recebeu cerca de 14 mil acessos nesse período, e a coordenação de participações em feiras e eventos.

8 – Ouvidoria

Criada em novembro de 2007, em atendimento à Resolução nº 3.477 do BCB, a ouvidoria atendeu no primeiro semestre de 2012 a 8 solicitações, em sua maioria, para dirimir dúvidas sobre programas e linhas de financiamento.

9 – Reconhecimento

A Diretoria Executiva agradece o apoio e a confiança do Governador do Estado e de sua equipe de governo, em especial, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, bem como o esforço e a dedicação de seu corpo funcional e a colaboração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, além de vários parceiros de órgãos federais, estaduais e municipais, e de entidades de classe. Essa conjunção de forças foi imprescindível para que a Agência pudesse apresentar sua parcela de contribuição para o desenvolvimento econômico do Estado.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2012.

Maurício Elias Chacur
Diretor Presidente

Cristiane Viturino Novo
Diretora da Área de Administração e Finanças
e da Área de Crédito e Risco

Luiz Henrique Bevilaqua
Diretor da Área Jurídica

Roberta Simões Maia
Diretora da Área de Operações I

Ricardo Figueiró Silveira
Diretor da Área de Operações II

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO

ATIVO	R\$		PASSIVO	R\$	
	2012	2011		2012	2011
CIRCULANTE	256.060	182.237	CIRCULANTE	24.508	19.119
DISPONIBILIDADES	4	83	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	11.209	10.396
Caixa	1	2	BNDES	11.209	10.396
Bancos	3	81	OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.300	8.723
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	235.845	162.760	Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	-
Outros Fundos de Investimentos	235.845	162.760	Sociais e Estatutárias	5.985	1.755
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.918	15.881	Fiscais e Previdenciárias	3.194	4.025
Operações de Crédito	20.746	19.789	Diversas	4.121	2.943
- Setor Privado	20.746	19.789	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	18.795	16.341
(Provisão para Operações de Crédito)	(3.828)	(3.909)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	18.795	16.341
OUTROS CRÉDITOS	2.939	3.467	BNDES	18.795	16.341
Diversos	2.939	3.467	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	317.580	244.120
OUTROS VALORES E BENS	353	45	CAPITAL SOCIAL	310.693	236.990
Despesas Antecipadas	353	45	RESERVAS DE LUCROS	2.252	6.068
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	97.143	89.848	LUCROS ACUMULADOS	4.635	1.062
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	76.112	68.758	TOTAL	360.884	279.581
LFT	76.112	68.758			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21.031	21.091			
Operações de Crédito	26.115	26.281			
- Setor Privado	26.115	26.281			
(Provisão para Operações de Crédito)	(5.084)	(5.191)			
PERMANENTE	7.681	7.496			
IMOBILIZADO DE USO	7.047	7.099			
Edificações	7.654	7.390			
Instalações	135	87			
Móveis e Equipamentos	528	239			
Sistema de Comunicação	36	37			
Equipamento de Processamento de Dados	232	232			
Sistema de Transporte	63	63			
Depreciações Acumuladas	(1.601)	(949)			
INTANGÍVEL	633	397			
Licença de Uso de Software	1.315	519			
Amortização Acumulada	(682)	(122)			
TOTAL	360.884	279.581			

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE (Em reais)

	30/06/12	30/06/11
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.270	14.747
Receita de Operações de Crédito	3.280	2.439
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	13.990	12.309
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.393)	(5.497)
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.464)	(927)
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários	(124)	(2)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(805)	(4.568)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.877	9.250
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.411)	(5.159)
Receita de Prestação de Serviços	3.821	3.760
Despesa de Pessoal	(8.862)	(6.636)
Outras Despesas Administrativas	(2.276)	(1.500)
Despesas Tributárias	(773)	(680)
Outras Receitas Operacionais	680	34
Outras Despesas Operacionais	(1)	(137)
RESULTADO OPERACIONAL	7.466	4.091
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÃO	7.465	4.091
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.586)	(2.973)
Provisão para Imposto de Renda	(1.897)	(2.182)
Provisão para Contribuição Social	(689)	(791)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	4.879	1.118
por ação do capital social final	0,04	0,01

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	R\$	
	PRIMEIRO SEMESTRE/2012	PRIMEIRO SEMESTRE/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	4.879	1.118
Ajustado por:		
Depreciações e Amortizações	698	405
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	805	4.568
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	6.382	6.090
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(4.653)	(7.705)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	(8.407)	(4.206)
Redução (aumento) em Operações de Crédito	2.477	(3.985)
Redução (aumento) em Outros Créditos	(2.418)	(3.143)
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	(332)	(22)
(Redução) aumento em Outras Obrigações	4.027	2.690
Pagamento de Dividendos	-	960
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.729	(1.616)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(897)	(304)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(897)	(304)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(831)	1.982
Aumento de capital por subscrição	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	(831)	1.982
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	1	63
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA		
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	3	20
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	4	83
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	1	63

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL		RESERVA DE LUCROS		RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	LEGAL	OUTRAS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/DEZ/10	232.189	-	975	8.878	-	242.043
Aumento de Capital com Reservas	3.841	-	-	(3.841)	-	-
Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos	960	-	-	-	-	960
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	1.118	1.118
Destinações	-	-	56	-	(56)	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30/JUN/11	236.990	-	1.031	5.037	1.062	244.120
MUTAÇÕES DO PERÍODO	4.801	-	56	(3.841)	1.062	2.078
SALDOS EM 31/DEZ/11	236.990	68.666	1.027	6.018	-	312.701
Aumento de Capital com Reservas	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	68.666	(68.666)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	4.879	4.879
Destinações	-	-	244	-	(244)	-
Constituição de Reservas	5.037	-	-	(5.037)	-	-
SALDOS EM 30/JUN/12	310.693	-	1.271	981	4.635	317.580
MUTAÇÕES DO PERÍODO	73.702	(68.666)	244	(5.037)	4.635	4.879

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em reais mil)

NOTA 1. HISTÓRICO DA SOCIEDADE: A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - **Investe Rio** é uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 3.517/00 e instituída pelo Decreto Estadual nº 32.376/02. Regulada pela Lei Federal nº 6.404/76, foi constituída através da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002, e autorizada a funcionar como instituição financeira por meio de homologação exarada pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN em 30 de setembro de 2003. Seus atos constitutivos foram registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 07 de outubro de 2003. Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional para efetiva consecução de seus objetivos sociais.

NOTA 2. CONTEXTO OPERACIONAL: A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio do Governo do Estado aos investimentos produtivos, mediante a concessão de financiamento de capital fixo e de giro a projetos industriais, agropecuários, turísticos e de serviço, de empresas implantadas ou que venham a se implantar no âmbito do território fluminense. Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a **Investe Rio** atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacíficas do Rio de Janeiro – Fundo UPP Empreendedor. Apóia, também, investimentos no Estado, através da participação acionária direta e indireta.

NOTA 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observando-se os conceitos contidos na Lei nº 6.404/1976, ressalvadas as modificações introduzidas através das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, em observância à legislação específica e normas regulamentares emanadas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade; porém, nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil, órgão supervisor do Sistema Financeiro Nacional responsável pelo Plano Contábil das Instituições financeiras - COSIF. Assim sendo, na elaboração destas demonstrações contábeis, foram adotados efetivamente os seguintes pronunciamentos: CPC 01 – Resolução CMN nº 3566/08, CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa (Resolução nº 3.604/08) e CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823/09).

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos: **a) Resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem. **b) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da **Investe Rio** incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, excetuando-se os Provisões para Perdas com Operações de Créditos, as quais são calculadas conforme normas específicas do Banco Central do Brasil. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A **Investe Rio** revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente. **c) Ativos e Passivos circulantes e a longo prazo:** São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. **d) Títulos e Valores Mobiliários:** São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e mantidos até o vencimento. **e) Ativo Permanente:** Está demonstrado ao custo de aquisição ajustado pela depreciação e amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo do contrato de cessão de uso. O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares, tais como: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de serviço com as empresas fornecedoras. **f) Avaliação do valor recuperável (impairment):** A partir de 2008, os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores, em relação ao mercado ou uso. A agência não desenvolveu teste de recuperabilidade, em função da relevância dos seus bens do ativo imobilizado, frente ao ativo total, do dispêndio financeiro e operacional que teria com a realização do respectivo teste e também por não ter identificado preliminarmente indícios da desvalorização. **g) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** A Agência de Fomento adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real, utilizando a alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente. **h) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS:** As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 1,65% e 7,65% respectivamente, sendo apuradas pelo regime não-cumulativo, observada a base de cálculo definida pela Lei 10.833/2003. **i) Passivos contingentes:** São reconhecidos de acordo com parecer da Diretoria Jurídica sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 9-E. **NOTA 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:** O saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011 está demonstrado conforme quadro abaixo:

I – Curto Prazo

	06/2012	06/2011
Cotas de Fundos de Investimentos	232.961	160.654
Cotas de Fundos em Participações	2.884	2.106
II – Longo Prazo	76.112	68.758
LFT – Carteira Própria	76.112	68.578
Total de Títulos e Valores Mobiliários	311.957	231.518

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO: a) A classificação das operações de crédito, de acordo com o risco estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, é a seguinte:

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	TOTAL DAS OPERAÇÕES		PROVISÃO %	VALOR DA PROVISÃO	
	06/2012	06/2011		06/2012	06/2011
AA	6	-	-	-	-
A	90	85	1	-	-
B	23.796	14.529	1	239	146
C	12.342	14.679	3	370	447
D	40	116	10	4	12
E	3	64	30	1	19
F	4.572	15.729	50	2.286	7.865
G	-	858	70	-	600
H	6.012	11	100	6.012	11
TOTAL	46.861	46.071		8.912	9.100

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	06/2012	06/2011
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa		
Saldo no início do período	13.450	4.554
Constituição da provisão	717	4.546
Créditos Baixados p/Prejuízo	(5.255)	-
Saldo no fim do período	8.912	9.100

Obs.: O valor baixado para prejuízo refere-se basicamente a uma única operação de crédito. A Diretoria determinou a cobrança judicial para a efetiva recuperação do referido crédito.

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

	06/2012	06/2011
Financiamentos Repasse		
Curto Prazo	12.920	13.084
Longo Prazo	17.890	15.898
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.859)	(4.986)
Total	24.951	23.996

	06/2012	06/2011
Financiamentos Recursos Próprios		
Curto Prazo	7.826	6.705
Longo Prazo	8.225	10.383
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.053)	(4.114)
Total	12.998	12.974

NOTA 7. IMOBILIZADO DE USO/INTANGÍVEL: A composição do imobilizado de uso e intangível é a seguinte:

Bens	Deprec.	06/2012	06/2011
Imobilizado de Uso		7.047	7.099
Edificações	4%	7.654	7.390
Instalações	10%	135	87
Móveis e Equipamentos	10%	528	239
Sistemas de Comunicação	10%	36	37
Equipamento de Proces. de Dados	20%	232	232
Sistemas de Transportes	20%	63	63
Depreciações Acumuladas		(1.601)	(949)
Ativos Intangíveis		633	397
Licença de Uso Software Gestão RH		91	91
Licença de Uso Software Informática		126	126
Licença de Uso Software Gestão Finan.		1.098	302
Amortização Acumulada		(682)	(122)

Em 30 de junho de 2012, a **Investe Rio** possuía apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo no montante considerado pela diretoria suficiente para cobrir eventuais riscos e sinistros. A administração não identificou indícios de desvalorização dos bens que compõem o ativo imobilizado da **Investe Rio**. Desta forma, não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 (regulamentado pela Resolução CMN 3.566/08). **NOTA 8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES:** Em 30 de junho de 2012 e de 2011, as obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma:

	06/2012	06/2011
Curto Prazo	11.209	10.396
Longo Prazo	18.795	16.341
Total	30.004	26.737

Taxa de Juros média por contrato	Natureza
6,73% a.a.	Repasses Finance/BNDES

NOTA 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES: a) Sociais e Estatutárias

	06/2012	06/2011
Dividendos a Pagar – Gov. Estado do RJ	5.985	1.755
Total	5.985	1.755

Os valores registrados em 2011 referem-se aos dividendos propostos do exercício de 2010. Os registrados em 2012 referem-se aos dividendos propostos dos exercícios de 2010 e 2011, cujo pagamento depende da homologação da Ata de Assembleia Geral de Acionista. b) Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro:

	06/2012	06/2011
Imposto de Renda e Contribuições s/Lucro a Pagar	260	680
Impostos e Contribuições a Recolher	2.934	3.345
Total	3.194	4.025

c) Provisões para Pagamentos a Efetuar

	06/2012	06/2011
Provisão para Despesa de Pessoal	2.187	1.271
Outras Despesas Administrativas	494	262
Outros Pagamentos	24	2
Total	2.704	1.535

d) Provisão Para Passivos Contingentes

	06/2012	06/2011
Provisão p/ Passivos Contingentes	101	134

A constituição da provisão para passivos contingentes foi elaborada de acordo com premissas sobre a eventual perda com ações trabalhistas, baseada na opinião de nossos assessores jurídicos. e) Credores Diversos no País

	06/2012	06/2011
Credores Diversos no País	1.314	1.274

Os valores registrados em Credores Diversos no País referem-se a repasses da **Investe Rio** ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES.

NOTA 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital Social: Em 30 de junho de 2012, o capital social é de R\$ 310.694, representado por 131.277.391 (cento e trinta e um milhões, duzentos e setenta e sete mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	131.271.934
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	5.457
Total	131.277.391

Abaixo, demonstramos a evolução do Capital Social no semestre:

Descrição	Valor
Capital Social no início do exercício	236.990
Aumento de Capital – Incorporação de Reservas	5.037
Aumento de Capital – Capitalização	68.666
Total do Capital Social em 30 de junho de 2012	310.694

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: No período, a **Investe Rio** não realizou operações com características de derivativos e não mantém operações financeiras com a finalidade de se proteger dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros. **NOTA 12 – SEGUROS:** Em 30 de junho de 2012, existem apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo no montante considerado pela diretoria suficiente para cobrir todos os riscos. A **Investe Rio** conta também com seguro de responsabilidade civil para administradores. **NOTA 13. LIMITES OPERACIONAIS – ACORDO DA BASILÉIA:** Em 30 de junho de 2012, o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 317.582, superando em R\$ 281.144 ao mínimo exigido, conforme estabelece a Resolução nº 3.490, CMN de 29 de agosto de 2007. **NOTA 14. GERENCIAMENTO DE RISCOS: Gerenciamento de Risco Operacional:** O objetivo do gerenciamento de risco operacional, além de uma conformidade legal, é utilizar a gestão de riscos como uma ferramenta corporativa para a eficiência operacional, capaz de reduzir os desperdícios e diminuir o risco de perdas financeiras. O gerenciamento de risco



da **Investe Rio** está alicerçado em princípios e compreende as etapas de identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte das exposições e eventos de riscos. A etapa de identificação das exposições e eventos de risco operacional é responsabilidade de todos colaboradores. A avaliação das exposições e eventos de risco é efetuada de forma qualitativa. No entanto, neste semestre, a Agência principiou a ação de identificar entre suas despesas aquelas oriundas de perdas operacionais, a fim de mensurar e manter um registro histórico das mesmas. As ações de mitigação são definidas de acordo com o apetite ao risco da Agência e são monitoradas, quanto à eficácia e eficiência, por departamento específico e independente. A alocação de capital referente ao risco operacional (POPR) é efetuada com base na Abordagem do Indicador Básico (BIA), de acordo com os procedimentos apresentados na Circular 3.383/2008. **Gerenciamento de Risco de Mercado:** O objetivo fundamental do gerenciamento do risco de mercado é o de tornar as operações da **Investe Rio** mais sólidas, por meio de ações preventivas e de monitoramento das possíveis perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado, as quais poderão impactar negativamente no cumprimento das metas e da missão da Agência. Em atendimento à Circular BACEN nº 3.365/07 e Resolução CMN nº 3.464/07, são realizados testes de estresse, que têm por finalidade medir a capacidade da **Investe Rio** em suportar as variações em seu patrimônio exposto ao risco, determinando, assim, os reflexos sobre o valor da carteira decorrente das oscilações nas taxas de mercado. No caso específico da **Investe Rio**, notadamente quanto às variações de taxa de juros. Diante disso, o risco de mercado existente refere-se ao risco da carteira não-negociável (RBAN). A parcela RBAN é resultado do somatório dos capitais alocáveis para cada fator de risco deduzido do efeito da diversificação. A Agência adota o modelo paramétrico para cálculo do Valor em Risco (VaR), com 95% de confiança e para o horizonte de um dia. **Gerenciamento de Risco de Crédito:** O gerenciamento de risco de crédito da **Investe Rio** identifica, avalia e monitora a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Neste sentido, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito compreende as etapas de apuração da viabilidade de operações, bem como ao risco de exposição desta mesma, com base na Resolução CMN nº 2.682/99. As atividades de monitoramento e recuperação ocorrem após a concessão do crédito, com o intuito de acompanhar o cronograma de liberação dos recursos contratados e garantir o bom desempenho da operação, além de manter atualizado o nível de exposição de risco da Agência. Em paralelo, são gerenciados os riscos consolidados das operações da **Investe Rio**, identificando concentrações e impactos no Patrimônio de Referência, gerados por cenários de rebaixamento nas classificações de risco de operações. **Estrutura Normativa:** A **Investe Rio** possui diversos instrumentos que estabelecem limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos para a recuperação de crédito, destinados a manter a exposição de risco de crédito em níveis considerados aceitáveis. • Política de Gerenciamento de Risco de Crédito; • Regulamento Geral de Operações; • Política de Crédito; • Manual de Crédito e Risco; • Política de Garantias; • Roteiro de Apresentação de Projetos; • Normas de Acompanhamento de Contratos; • Manual de Cobrança e Recuperação de Crédito; • Disposições Aplicáveis

aos Contratos; • Manual de Gestão de Risco da Carteira. **Estrutura de Apuração e Gerenciamento:** A seguir, a estrutura de gerenciamento de risco do 1º semestre: Diretor Responsável: Sra. Cristiane Vitorino Novo; Chefe de Departamento Responsável do Risco de Carteira de Crédito: Sr. Bernardo Vieira. Técnicos Responsáveis: Sra. Graciela Paveck Ayub; Sr. Marcelo de Sousa Rosostolato. Chefe de Departamento Responsável pela Análise de Risco de Crédito do Cliente e da Operação: Sr. Fernando Antônio Galvão de Almeida. Técnicos Responsáveis: Sra. Cristiani Peres Rezende; Sra. Leticia Lima dos Santos; Sra. Paula Cristina Leite da Silva Moura; Sra. Tatiane Mendes Rodrigues Pereira; Sr. Claudio Perlini; Sr. Jorge Gonçalves Fonseca. **Estrutura de Gerenciamento de Capital:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, de junho deste ano, a **Investe Rio** está em fase de implementação da estrutura de gerenciamento de capital, compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços oferecidos. Tal estrutura caracteriza-se por um conjunto de processos contínuos, que visam garantir a segurança dos recursos da instituição e zelar pelo equilíbrio entre o risco e o retorno dos negócios. A Agência exerce o monitoramento e o controle do capital, bem como a avaliação da sua necessidade para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. A estrutura de gerenciamento de capital da **Investe Rio** também contempla a atividade de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os seus objetivos estratégicos. **Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Terrorismo.** A **Investe Rio** mantém uma política de prevenção e combate a atos ilícitos, em consonância com os requerimentos do Banco Central do Brasil, observando a legislação e regulamentações vigentes. Conta em sua estrutura com uma área específica, responsável pela gestão e monitoramento das operações e movimentações financeiras realizadas em seu ambiente de negócio. O conhecimento do cliente apoiado por programas de treinamento e de conscientização dos funcionários e o uso de ferramentas têm como objetivo evitar o uso da organização em transações ou situações que possam estar, direta ou indiretamente, relacionadas aos crimes precedentes à "lavagem" de dinheiro, relacionados na Lei nº 9.613/98. Essas ações, conjugadas com análises específicas, contribuem para a plena observância da política definida pela alta administração e permitem proteger a Agência de Fomento, que busca continuamente alinhar-se às melhores práticas de mercado e às recomendações dos organismos internacionais na prevenção e combate a atos ilícitos.

Presidência

Maurício Elias Chacur
Diretor Presidente

Diretoria

Cristiane Vitorino N. Vaz
Diretora Departamento Financeiro

Contador

José Inácio Ferreira
CRC/RJ 56835/O7 - CPF: 605.634.007-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs.
Administradores e Diretores da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – INVESTE RIO.
Examinamos as demonstrações financeiras da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – INVESTE RIO, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – INVESTE RIO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção

de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – INVESTE RIO em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. São Paulo, 10 de agosto de 2012. SACHO AUDITORES INDEPENDENTES - CRC – 2SP 017.676/O-8. HUGO FRANCISCO SACHO - CRC – 1SP 124.067/O-1.